



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

Ata da Sessão Ordinária de 25 de junho de 2020

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal, no Grande Auditório do Teatro Rivoli.

PRESENTES

Eleitos: Miguel Espregueira Mendes Pereira Leite; Maria da Graça Sousa Raimundo Azevedo Laranjeira Vaz; André Sérgio Navarro de Noronha; Marco Regis Lacomblez Leitão, em substituição do Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro; Pedro Miguel de Azeredo Duarte; Maria Paula Bonifácio Ribeiro de Faria; Miguel de Miranda Cabral Dias Gomes; Maria José Rocha Espinheira; Tiago Serrano Correia de Lacerda; Rui Pedro de Araújo Sá; Susana Salbany Constante Pereira; Gustavo Rodrigues Pimenta; Alberto Nuno Bragança Assunção Araújo Lima; Maria Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce Leão; Nuno Miguel Castelo Branco Matias Caiano; Rodrigo Vieira de Oliveira; Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; Patrícia Monte Pinto Ribeiro Faro; Mariana Ferreira Ribeiro Macedo; Maria Adeline Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne; Paulo Jorge Lopes Teixeira; Helena Isabel da Silva Maia, em substituição do Senhor Deputado Pedro Braga de Carvalho; Artur Manuel Ferreira Ribeiro, em substituição do Senhor Deputado Belmiro Guimarães Pinheiro de Magalhães; Pedro Miguel Cardoso Lourenço; José António de Abreu Gonçalves Seródio; Rui Carlos Morais Lage; Luís Miguel Bonifácio Osório; Carla Maria Pereira Afonso Leitão; Maria Cecília Pinto da Silva de Sampaio, em substituição da Senhora Deputada Cláudia Sofia da Costa Santos; Beatriz Vilarinho Pires Moutinho Cardoso, em substituição da Senhora Deputada Maria Luísa Machado Pereira Botelho de Magalhães; Ernesto Carlos Iglésias Morais, em substituição da Senhora Deputada Bebiana Maria Ribeiro da Cunha; António David dos Santos Ribeiro; Alfredo dos Santos Fontinha; Francisco Artur Pires de Carvalho Carrapatoso; Maria José Pinto de Mesquita de Vasconcelos e Sousa de Lacerda; Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues; Artur Jorge da Silva



Braga, em substituição do Senhor Deputado Serafim Ferreira Nunes; Eduardo Manuel Neves Oliveira Carqueja; Joel Francisco Pontes de Oliveira;

Os Presidentes das Juntas de Freguesia: Junta de Freguesia do Bonfim, Eduardo António Durães Rego, em substituição do Senhor Presidente, José Manuel da Fonseca Carvalho; Junta de Freguesia de Campanhã, Filipe Jorge Coelho da Silva Oliveira, em substituição do Senhor Presidente, Ernesto Fortunato Neves dos Santos; Junta de Freguesia de Paranhos, Luís Alberto Bastos Torres, em substituição do Senhor Presidente, Alberto Amaro Guedes Machado; Junta de Freguesia de Ramalde, Sérgio Messias Tormenta, em substituição do Senhor Presidente, António Castanheira Fernandes Gouveia; União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Ana Júlia Teixeira da Motta de Almeida Campos Furtado, em substituição do Senhor Presidente, Nuno Raposo Magalhães Ortigão de Oliveira; União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, António José Gonçalves Fonseca; União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Luís Manuel Noura Grabulho, em substituição da Senhora Presidente, Carla Sofia da Silva Soares Maia.

Às 21 horas, foi feita a chamada e verificou-se estarem presentes 43 Deputados Municipais.

Verificando-se a existência de quórum, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite**, declarou aberta a Sessão.

Entrou na Sala o Senhor Deputado Marco Leitão (PS).

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite**, deu conhecimento do expediente recebido.

EXPEDIENTE

(Expedido a 19.06.2020)



- Informação do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionários e Afins sobre “Petição n.º 613/XIII/4.^a, pela aplicação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco. (NUD/208802/2020/CMP)
- Edital das deliberações tomadas nas reuniões da Câmara Municipal de 25 de maio e 22 de junho de 2020.
- Minutas das Atas das reuniões de Câmara realizadas nos dias 11 de maio, 25 de maio, 8 e 22 de junho de 2020.

Informou o Plenário do pedido de suspensão de funções da Senhora Deputada Maria Luísa Machado Pereira Botelho de Magalhães, no período compreendido entre o dia 1 de junho de 2020 e o dia 31 de dezembro de 2020; e do Senhor Deputado Serafim Ferreira Nunes, no período compreendido entre o dia 21 de maio de 2020 e o dia 20 de novembro de 2020.

De seguida, Colocou à votação os seguintes documentos:

ATAS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Porto realizada no dia 25 de junho de 2019 (Continuação da Sessão Ordinária iniciada no dia 12 de junho de 2019).

Deliberação: Aprovada, com 3 abstenções [Senhor Deputado Miguel Gomes (RM), Senhores Deputados Gustavo Pimenta e Helena Maia (PS)].

- Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal do Porto realizada no dia 25 de junho de 2019.

Deliberação: Aprovada, com 3 abstenções [1 Senhor Deputado Miguel Gomes (RM) + 2 Senhores Deputados Gustavo Pimenta e Helena Maia (PS)].

- Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal do Porto realizada no dia 8 de julho de 2019.



Deliberação: Aprovada, com 1 abstenção da Senhora Deputada Helena Maia (PS).

– Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal do Porto realizada no dia 15 de julho de 2019.

Deliberação: Aprovada, com 1 abstenção da Senhora Deputada Helena Maia (PS).

– Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal do Porto realizada no dia 22 de julho de 2019.

Deliberação: Aprovada, com 1 abstenção da Senhora Deputada Helena Maia (PS).

– Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal do Porto realizada no dia 11 de setembro de 2019.

Deliberação: Aprovada, com 2 abstenções dos Senhores Deputados Gustavo Pimenta e Helena Maia (PS).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, deu início ao PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.

– Voto de Pesar “Pelo falecimento de Maria Luísa Lopes Gonçalves Moreira (1974-2020)”, do Grupo Municipal Bloco de Esquerda. (NUD/240990/2020/CMP)

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) leu o Voto de Pesar:
Nascida no Porto em junho de 1974, Luísa Moreira cresceu e viveu em Vila do Conde, onde, desde a juventude, assumiu a sua militância e ativismo cultural. Foi dirigente do PSR no início dos anos 1990 e candidata desse Partido a várias



eleições, um ativismo que prosseguiu no Bloco de Esquerda, em cujas listas também participou em eleições autárquicas e legislativas.

No Porto, participou nos coletivos “Fartos d’Estes Recibos Verdes” e “Precários Inflexíveis”. Esteve na organização de alguns dos principais protestos contra a precariedade, tendo feito parte do núcleo fundador do Mayday Porto e tomado parte na mobilização dos protestos contra a austeridade na cidade, bem como do movimento LGBT.

Produtora de vários projetos independentes ligados às artes de palco, Luísa Moreira foi diretora de cena do Teatro Rivoli e diretora de produção do Teatro Helena Sá e Costa. Especializada em circo contemporâneo, teve um papel determinante na programação desta área na Porto 2001, Capital Europeia da Cultura. Foi uma das fundadoras e pertenceu à primeira direção da PLATEIA – Associação de Profissionais das Artes Cénicas.

Entre os projetos ligados às artes circenses, em que foi produtora e importante dinamizadora, destacam-se a Diabo a Quatro e Corda Bamba.

Trabalhou também para o Festival Internacional de Marionetas do Porto, foi professora da Escola das Artes do Porto e uma das responsáveis pela direção artística da primeira escola dedicada às artes do circo no Norte do País, o Instituto Nacional de Artes Circenses.

Luísa Moreira marcou a vida cultural e política da cidade do Porto, deixando um legado importante na forma como traduziu a sua atividade através da arte e do ativismo.

Assim, a Assembleia Municipal do Porto, reunida em 25 de junho de 2020, manifesta a sua profunda consternação pelo falecimento de Luísa Moreira, exprimindo aos seus familiares e amigos o seu sentido pesar, propondo um minuto de silêncio em sua homenagem.

O Senhor Deputado Gustavo Pimenta (PS), em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, subscreveu o Voto de Pesar.

Deliberação: Aprovado, com 1 abstenção do Senhor Deputado Paulo Teixeira (RM).



Foi cumprido um minuto de silêncio em sua memória.

Entrou na Sala o Senhor Deputado Pedro Duarte (PSD).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, perguntou aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia se pretendiam usar da palavra no período que lhes é destinado.

Os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia responderam que não iriam usar da palavra naquele período.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, deu início ao período de apresentação e discussão das Moções e Recomendações.

– **Moção sobre o método de eleição das CCDR e em defesa da regionalização, do Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária.** (NUD/242576/2020/CMP)

– **Voto de Protesto e de Recomendação sobre a autorização de abate de 31 sobreiros num terreno situado entre as Ruas da Azenha e do Carriçal, do Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária.** (NUD/242587/2020/CMP)

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) mostrou a sua satisfação por encontrar todos os presentes bem de saúde e agradeceu aos funcionários municipais que possibilitaram a realização daquela sessão da Assembleia Municipal em boas condições, face às possibilidades que existem.

Apresentou de seguida a Moção e o Voto de Protesto e de Recomendação, que, sendo bastante distintos, têm uma temática comum, isto é, o problema da centralização atávica do País.

Relativamente às CCDR – Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e ao facto de, a partir daquele momento, os presidentes das CCDR serem eleitos por um colégio eleitoral autárquico e os vice-presidentes serem eleitos por presidentes de câmara não altera o fundamental, ou seja, eles são eleitos



por autarcas, mas têm a tutela do Governo. Portanto, mantendo-se essa situação, as CCDR continuam a ser um instrumento da Administração Central e não um instrumento da Administração Regional, com o objetivo de levar a cabo políticas regionais emanadas e decididas de e por cada uma das regiões. Disse que, na sua opinião, só a regionalização permite resolver aquele problema.

Sobre a questão dos sobreiros, disse que aquela é também uma situação típica de centralização. Admitiu que o sobreiro é uma árvore nacional protegida e que compete ao Governo preservá-lo, mas é precisamente o Governo que autoriza o seu abate na cidade do Porto, sem dar conhecimento à Câmara Municipal, porque considera que é de utilidade ou de interesse público a construção de residências privadas para estudantes e, pior do que isso, abatem-se na cidade do Porto e plantam-se as contrapartidas em Torre de Moncorvo.

Considerou isso um desrespeito completo pela cidade do Porto, pelo que entende que todos se devem impor para que a cidade tenha o direito de se pronunciar sobre aquela questão, utilizando os seus meios próprios e manifestando a sua repulsa pela decisão tomada pelo Senhor Secretário de Estado.

O Senhor Deputado Miguel Gomes (RM) regozijou-se com o facto de poderem reunir de novo presencialmente.

Deu nota que o Movimento Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido se associa às palavras do Senhor Deputado Rui Sá, quer no que diz respeito à centralização, quer relativamente à questão dos sobreiros.

Informou que a Câmara Municipal do Porto foi alertada por uma ONG – Organização não Governamental para a intenção do abate dos sobreiros, tendo essa decisão sido tomada pelo ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas sem a comunicar à Câmara Municipal do Porto.

Disse que, tanto quanto sabe, a Câmara do Porto, através dos Pelouros do Urbanismo e do Ambiente, diligenciou de imediato, junto do promotor, para tentar evitar que o abate se efetuasse.

O Senhor Deputado Ernesto Morais (PAN) deu nota que a sua bancada tem para apresentar uma Moção sobre a eleição das CCDR, pelo que terão oportunidade de explanar as suas razões.



Felicitou a CDU por trazer a debate a questão do abate dos sobreiros.

Considerou que aqueles 31 sobreiros têm um valor ecológico bastante elevado, o que chamou a atenção do PAN.

Disse que o PAN tencionava apresentar uma recomendação à Assembleia Municipal, mas foi informado que a Câmara Municipal do Porto não foi consultada nem se pronunciou nesse sentido e que ia fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para evitar aquele abate.

Informou que o PAN, no âmbito do seu trabalho na Assembleia da República, colocou duas questões sobre aquele tema, uma dirigida ao Senhor Ministro do Ambiente e Ação Climática e outra ao Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia do Ensino Superior, ambas no dia 9 de maio de 2020, não tendo obtido, até à data, qualquer resposta. Comunicou, também, que, adicionalmente, deu entrada na Comissão Parlamentar de um projeto/resolução para o não abate dos 31 sobreiros, pois consideram que é possível a coexistência da construção da residência de estudantes e dos sobreiros.

Disse que o PAN não tem nada contra a residência universitária, mas acredita que existe a possibilidade de conciliar as duas situações, ou seja, a construção deve incluir a manutenção dos 31 sobreiros adultos.

Comunicou que o PAN partilha da preocupação de preservação daquelas árvores, pelo que subscreve aquela iniciativa.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, propôs que as votações se realizassem sequencialmente, pela ordem de apresentação, no final das apresentações.

O Senhor Deputado Gustavo Pimenta (PS) lembrou que o processo da regionalização, que é um combate do PS de há muito tempo, é um processo que está em maturação, um processo evolutivo, contra o qual o passo tímido que se está a dar, a eleição indireta dos presidentes das CCDR, em nada prejudica, pelo contrário.

Informou que o PS votará contra o primeiro ponto da Moção da CDU, se for à votação por pontos, e acompanhará a CDU no seu ponto dois.



Quanto à Moção sobre os sobreiros, considerou que, embora o motivo, a construção de uma residência universitária, para o abate daqueles sobreiros seja, naturalmente, louvável, é manifesto que houve uma deficiente articulação entre as entidades que deveriam pronunciar-se sobre a matéria.

Salientou que se se fizesse um *rewind* ao abate de sobreiros no País, iriam, seguramente, encontrar-se casos muito mais escandalosos do que aquele, o que não desculpa a pouca atenção que aquele processo mereceu da parte do Ministério do Ambiente, no pressuposto de que foi o Ministério do Ambiente que decidiu.

O Senhor Deputado Francisco Carrapatoso (PSD) deu conta que, no entender do PSD, o Decreto-Lei n.º 27/2020, de 17 de junho, sobre a eleição dos presidentes e vice-presidentes das CCDR, não é a solução ideal, mas é uma solução, apesar de tudo, mais democrática e mais descentralizada do que aquela que está atualmente em vigor.

Disse que, segundo a informação que tem, o referido Decreto-Lei não tem, ainda, uma consolidação definitiva, porque foram apresentados vários pedidos na Comissão Parlamentar. Ou seja, aquele Decreto-Lei vai baixar à Comissão e vai ser reapreciado. Portanto, no seu entender, parece-lhe que as Moções apresentadas sobre aquele tema são absolutamente extemporâneas.

Considerou que seria motivo de ponderação, por exemplo, o *timing* de eleição dos presidentes e vice-presidentes das CCDR, que, na sua opinião, deviam coincidir com o momento pós-eleitoral autárquico.

Informou que, relativamente aos pontos 2 e 3 da Moção o PSD nada tem a opor, mas em relação ao ponto 1, até pela etimologia que é utilizada, sente algum incómodo na sua aprovação.

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) deu nota que o BE vai acompanhar ambas as Moções da CDU em todos os seus pontos.

Reiterou que o processo, de facto, ainda se encontra em curso na Assembleia da República. No entanto, considerou importante o sinal que Assembleia Municipal do Porto deu relativamente àquilo que é a sua perspetiva sobre o papel e a forma de funcionamento dos órgãos administrativos do Estado.



Sobre a proposta dos sobreiros, disse que o BE tem acompanhado a situação e que, inclusivamente, foram contactados por uma ou duas organizações da sociedade civil que lhes expressaram a sua preocupação.

Informou que o Bloco de Esquerda também tomou algumas diligências na Assembleia da República para perceber o que se estava a passar.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, confirmou que as votações se fariam após a apresentação de todas as propostas. Na sequência da intervenção do Senhor Deputado Gustavo Pimenta (PS), solicitou que a CDU pudesse confirmar a disponibilidade para ver a sua Recomendação votada por pontos e dar nota da sua decisão à Mesa.

– Moção “Pela eleição direta dos presidentes e vice-presidentes das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional” do Grupo Municipal Pessoas-Animais-Natureza. (NUD/243384/2020/CMP)

O Senhor Deputado Ernesto Morais (PAN) apresentou a Moção subscrita pela sua bancada, dando conta das principais linhas orientadoras da mesma.

Deu conta que o PAN considera que o Decreto-Lei n.º 27/2020, que prevê alterações de forma à designação dos presidentes e vice-presidentes das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, não cumpre os objetivos de democratização da governação territorial e de garantia de representatividade de todos os intervenientes locais a que se propõe, uma vez que apenas os presidentes dessas entidades passarão a ser eleitos por um colégio eleitoral de circuito fechado, exclusivamente focado nos órgãos municipais, o que dará origem a escolhas excessivamente politizadas que excluem do processo eleitoral agentes cruciais ao desenvolvimento regional. Além disso, o diploma aprovado pelo Governo prevê mecanismos que garantem a manutenção e, em alguns casos, a tutela do Poder Central sobre as CCDR, impedindo que estas e os membros da sua direção possam atuar com autonomia, face do Governo Central, e desenvolver a lógica do planeamento descentralizado que lhes compete.



Disse que, face ao exposto e tendo em conta os efeitos negativos que, no seu entender, aquele modelo poderá acarretar para a CCDDR-Norte, considera urgente que o Governo e a Assembleia da República garantam que os objetivos a que aquela reforma se propõe sejam efetivamente cumpridos, algo que só será possível mediante a consagração de um modelo que garanta a eleição direta e por sufrágio universal dos presidentes e vice-presidentes das CCDDR, pois só a eleição direta assegurará uma verdadeira legitimidade democrática das direções das CCDDR e lhes permitirá desenvolver a sua missão de planeamento desconcentrado com eficácia e verdadeira autonomia da tutela do Governo.

Assim, o Grupo Municipal do PAN propõe que a Assembleia Municipal do Porto delibere apelar ao Governo e à Assembleia da República que assegurem uma eleição democrática de governação territorial com a consagração da eleição direta e por sufrágio universal dos presidentes e vice-presidentes das CCDDR.

O Senhor Deputado André Noronha (RM) deu conta que, a propósito da Moção da CDU, já tinham transmitido o que pensam sobre a matéria, mas ficou surpreendido com os fundamentos, não tanto da proposta, mas do sentido de voto anunciado pelo PS.

Disse entender que o discurso é apelativo, ou seja, vamos aos bocadinhos e, depois, chegar-se-á ao fim, mas toda a gente sabe que, em política, numa reforma, não se chega lá assim, toda a gente percebe que o que se está a fazer é dar um primeiro passo para que não tenha que se dar mais nenhum, isto é, um passo travão para os que vêm a seguir.

Considerou que a posição do PSD não resolve coisíssima nenhuma, nem atribui verdadeira legitimidade democrática.

Admitiu que, mesmo dentro de um movimento independente, pode haver posições divergentes sobre a matéria e se é para haver mais legitimidade democrática ou não admite tudo, mas meias tintas ou meias palavras, coisas meio escondidas, isso é que não.



O Senhor Deputado Gustavo Pimenta (PS) solicitou a quem tem opiniões diferentes do PS sobre aquela matéria, que, talvez por prudência, não lhes atribuisse processos de intenção, que, porventura, podem estar no intuito de alguns, mas que não são os do PS.

Referindo-se em concreto à proposta do PAN, informou que o PS vai votar contra, não só porque concorda com o passo que se está a dar, que acredita que vai no bom sentido, mas também porque considera que aquela proposta é contraditória, porque, no fundo, aquilo que o PAN está a propor é que os presidentes das CCDR se transformem numa autarquia local, ou seja, é algo como estar a propor que se reveja a Constituição para permitir que haja eleição direta.

Considerou que, os termos em que a Moção está redigida, vai contra a regionalização, situação com a qual o PS não pode concordar.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) lembrou que a regionalização está na Constituição da República Portuguesa de 1976 e que em 1998 houve um referendo, decidido pelo PS e pelo PSD, que embrulhou e atou de tal maneira a regionalização que é muito difícil desatar todo esse processo.

Deu nota que, em fevereiro de 2020, foi proposto na Assembleia da República um calendário para a institucionalização das regiões, que foi chumbado pelo PS e pelo PSD, sendo que aquilo que se tem vindo a fazer, desde 1998, é alguma coisa para ficar tudo na mesma e objetivamente não se implementar a regionalização.

Relativamente à proposta do PAN em concreto, disse que a CDU não poderá votá-la favoravelmente, porque o problema não é só emanar a administração das CCDR, é querer que elas continuem a ser um órgão da Administração Central e ter um eleito por parte da população que continua a estar sujeito à tutela governamental não resolve o problema, sendo que aquilo que a CDU entende que resolve o problema é a regionalização.

Entrou na Sala o Senhor Deputado Raul Almeida (RM).

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) informou que o Bloco de Esquerda também não acompanhará a proposta do PAN, portanto, votará



contra, dado que entende que o papel das CCDR não é condizente com aquilo que é perspectivado na própria Constituição em termos de descentralização.

Deu conta que o Bloco de Esquerda defende que o papel daquele tipo de organismo podia ser resolvido de outra forma, nomeadamente através de um processo de regionalização que garantisse outra democraticidade ao nível da intervenção e da política local.

O Senhor Deputado Francisco Carrapatoso (PSD) em resposta ao repto lançado pelo Senhor Deputado André Noronha, lembrou que se há Partido que é manifestamente contra a regionalização, isto é, a forma máxima de aproximação do poder de decisão dos eleitores, é o CDS, que é um Partido centralista, por muito que o procure dissimular.

Disse que compreende perfeitamente as perplexidades e a vontade de que tudo fique na mesma, mas não é de regionalização que se está a falar e o PSD não confunde a eleição dos presidentes das CCDR com qualquer processo enviesado de regionalização.

Deu nota que o que está em causa é um meio de designação e de escolha daqueles técnicos da administração periférica do Estado, que colaboram com os autarcas, partilhando muito da sua atividade, com os projetos e com o objeto da atuação das autarquias, parecendo-lhe, portanto, que aquela é uma solução muito melhor, embora ainda não esteja consolidada, do que aquela que atualmente existe, ou seja, serem nomeados pelo Governo Central.

– Moção “TAP – Plano de Retoma dos Voos” do Grupo Municipal Partido Social Democrata. (NUD/243390/2020/CMP)

O Senhor Deputado Francisco Carrapatoso (PSD) referiu que a Moção do PSD sobre a retoma dos voos da TAP é coincidente, quanto ao seu objeto, com a que é apresentada pelo Bloco de Esquerda.

Disse que não vai repetir os argumentos que têm sido divulgados de uma forma cada vez mais dissimulada na comunicação social centralista que passa com muita dificuldade a mensagem do Norte e das aspirações das pessoas do Norte, quando aquela é uma questão que interessa ao todo nacional, mas que é uma



aspiração de natureza regional, lembrando que muito das matérias discutidas e os documentos que foram versados em 2016 repetem-se, hoje, *ad nauseum*, ou seja, a história repete-se.

Comentou que aquilo que está a acontecer é que estão perante a parceria público-privada mais ruinosa do Estado, isto é, estão perante uma companhia de bandeira, que atualmente deve ser a única no Mundo, que pretende comportar-se como uma companhia *low cost*, mas com o nome de bandeira para poder usufruir dos benefícios de uma companhia de bandeira.

Informou que o que está em causa é o financiamento de 1,2 mil milhões de euros, que poderá ter que se repetir-se dali a seis meses, o que, se vier a acontecer, será um efetivo buraco negro, considerando que aquele valor, que não será recuperável, não resolve problema nenhum.

Disse que, na sua opinião, aquilo que têm que fazer é tomarem uma posição sobre se estão ou não disponíveis para apoiar um investimento, sem qualquer contrapartida, ou seja, têm que decidir se estão a favor de uma companhia que beneficia dos dinheiros públicos, dinheiro dos portugueses, mas que pretende estar apenas ao serviço de uma pequena parte de Portugal.

O Senhor Deputado Gustavo Pimenta (PS) disse que a o problema da gestão privada da TAP foi criado por um Governo PSD, quando já estava em gestão, que promoveu o contrato de privatização da TAP, sublinhando que os Governos do PS que se sucederam mais não têm estado a fazer senão a resolver um problema que decorre de uma decisão do Governo de Passos Coelho.

Referiu que o Senhor Deputado Francisco Carrapatoso disse que está contra a injeção de capital na TAP, mas não apresentou nenhuma solução e, embora a Moção do PSD diga que a defesa do aeroporto Francisco Sá Carneiro é um imperativo político de todos os eleitos do norte de Portugal, o PS entende que o imperativo político é de todos os eleitos do País e não apenas dos do Norte.

Informou que o PS vai votar favoravelmente o ponto 1 da Moção e recomenda ao PSD que retire o ponto 2, porque, além de ser uma imputação ligeira e sem fundamento, é despropositada.



A Senhora Deputada Joana Rodrigues (CDU) informou que a CDU vai marcar a sua posição relativamente à questão da TAP no Período de Intervenção dos Partidos, pelo que deixará para esse tempo uma explicação mais detalhada sobre o assunto.

Em relação à proposta do PSD, disse que no seu texto não se dá a conhecer a história da TAP, pelo contrário. Referiu que a TAP não começou em 2016. A verdade é que ela foi privatizada em 2015, pelo Governo PSD-CDS, em 66% e, no entender da CDU, a reversão efetuada pelo PS não foi, de maneira nenhuma, suficiente.

Deu conta que aquilo que a CDU sempre defendeu é que o controlo da TAP deve ser público, pois se trata de uma empresa estratégica, de uma empresa chave do País, que, por isso mesmo, deve ser defendida como uma entidade nacional e não apenas da cidade do Porto.

Informou que a CDU vai abster-se na votação da proposta do PSD e vai votar favoravelmente a proposta do Bloco de Esquerda, porque, embora considerem que ela ser mais completa, não discordam do que lá está explanado.

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) deu conta que foi com alguma dificuldade que encontrou uma orientação de voto, porque, entre aquilo que está explanado nos dois pontos da Moção e algumas das considerações que estão escritas, há uma apreciação que é, no mínimo, dissociada da realidade que o BE acompanha quanto à opção que o Governo PSD-CDS tomou de privatização da TAP, que deu início à espiral de desqualificação daquela companhia nacional. Disse que o BE, porque entende que a TAP deve ser, sem reservas, uma companhia gerida com controlo público vai abster-se na votação daquela proposta.

Afirmou que a espiral de desqualificação da TAP começou com a sua privatização, mas passou por outras etapas, nomeadamente a privatização da ANA, transformando o aeroporto do Porto numa espécie de apeadeiro, o que faz com que as companhias *low cost* tenham 46% do fluxo dos passageiros, enquanto a TAP tem apenas 20%.

Lembrou que uma das avaliações feita ao aeroporto do Porto foi, precisamente, a fraca conectividade de voos para capitais europeias, pelo que o BE entende



expressar a sua indignação pelo tratamento discriminatório que a TAP tem dado ao aeroporto Francisco Sá Carneiro e reclamar a intervenção do Governo no sentido de promover a nacionalização da TAP.

O Senhor Deputado André Noronha (RM) considerou que a TAP tal como existe e da forma como está é um designio nacional, é um fator de coesão territorial e é evidente que todos têm que ser firmes na defesa das suas posições. Deu conta que a sua bancada revê-se inteiramente no Ponto 1 e considera que foi na hora certa que foram dadas 'as pedradas no charco' ao dizer-se que aquele plano de rotas é uma vergonha.

Disse que o problema não é dos públicos contra os privados, não se resolve contra os privados, só se resolve com os privados, porque os privados estão lá e não vão sair. Portanto, o problema tem que ser resolvido com quem lá está. Sublinhou que 1,2 milhões de euros é do seu dinheiro, é do dinheiro de todos e que, portanto, na sua opinião era importante não se perderem com jogos florais e *fait-divers*.

Afirmou que a Moção do BE ficaria melhor se tivesse apenas o Ponto 1 e que seria bom que ele fosse aprovado, por unanimidade.

– Moção sobre Sistema Educativo Português do Grupo Municipal Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido. (NUD/243443/2020/CMP)

O Senhor Deputado André Noronha (RM) deu conta que todos têm assistido a um conjunto de medidas de desconfinamento nos mais variados planos da vida nacional. Tem havido a preocupação, e bem, de haver um desconfinamento controlado, nomeadamente na cultura, no desporto, no trabalho, em todas as atividades, mas parece-lhe que, relativamente à educação, há um certo vazio, lembrando que estão a pouco mais de dois meses do início do ano letivo e ainda não há nenhuma informação se as aulas vão ser presenciais ou se se vão manter à distância. Disse que julga que todos têm, mais ou menos, a noção, até porque são pais, do peso que existe no lançamento de cada ano letivo.



Portanto, a Moção que o Movimento Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido apresenta é exatamente para exortar o Governo a definir e a informar, nomeadamente a Câmara Municipal do Porto, sobre a forma vai como vai cumprir as suas obrigações, ao nível da ação social escolar e como vai assegurar aos alunos do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, do ensino secundário e do profissional e sobre os equipamentos e meios de acesso à Internet que vai disponibilizar, se for esse o propósito.

O Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU) concordou com as palavras proferidas pelo Senhor Deputado André Noronha.

Afirmou que ficou claro, há três meses atrás, que era necessário pôr as crianças em casa no ensino à distância, mas atualmente percebe-se que isso criou imensas desigualdades.

Disse que a Moção do Movimento RM é exatamente para exortar o Governo a informar como é que vai decorrer o ensino a partir de setembro de 2020 e que medidas é que pretende tomar.

O Senhor Deputado Gustavo Pimenta (PS) informou que esteve os últimos meses a dar aulas à distância e sabe bem o incómodo que isso provoca, mas, no seu entender, é preciso atuar com muita prudência.

Disse que, na sua opinião, é quase impossível prever como é que vão decorrer as aulas no próximo ano letivo.

Deu nota que o Governo se tem empenhado em relançar a atividade para promover a recuperação económica, mas no ensino há que ter particulares cuidados, até para não se recuar, como aconteceu na Área Metropolitana de Lisboa, e porque estão em jogo comunidades muito importantes, nomeadamente os jovens alunos e os docentes.

Considerou, por tudo aquilo que referiu, que a Recomendação apresentada pelo Grupo RM é precipitada e que, por isso, o PS iria abster-se na sua votação.

O Senhor Deputado Francisco Carrapatoso (PSD) informou que o PSD está de acordo com a Recomendação que está a ser debatida.



Reconheceu as dificuldades que há em fazer previsões, mas a verdade é irrefutável e o tempo e o relógio não param. Portanto, na sua opinião, não é possível adiar por mais tempo uma programação e uma divulgação de efetivos planos de ação para o recomeço do ensino, a todos os níveis, sem prejuízo de, eventualmente, se fizerem, *a posteriori*, as necessárias adaptações.

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) solicitou, se estivessem de acordo, que a proposta do Grupo Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido fosse votada por pontos.

Mostrou-se de acordo com as preocupações apresentadas na Moção, pois considera que todas as crianças e jovens têm direito, e isso tem estado bastante aquém e fragilizado nos últimos meses.

Disse que, no entanto, a reivindicação para que se faça de imediato um plano de abertura presencial para o ano letivo 2020/2021 parece-lhe precipitada, tendo em conta que ainda há escolas a funcionar apenas com o secundário e há escolas que estão a ser encerradas porque estão a reaparecer casos de COVID-19. Referiu que o Ministro da Educação falou há uns dias sobre as datas previsíveis para o início do ano letivo, mas, se calhar, é preciso mais informações sobre aquilo que será um plano A e um plano B e como é que esse plano B vai assegurar que todas as crianças e jovens tenham acesso a uma educação plena.

Considerou que a capacidade para antever como é que a situação vai estar em setembro é muito limitada e que, portanto, na sua perspetiva, assumir uma abertura presencial no próximo ano letivo poderá ser irresponsável e suscitar às pessoas a ideia errada de que a situação de risco está ultrapassada.

Deu nota que o BE subscreve inteiramente o Ponto 2 da Moção, porque entende que, de facto, a ação social deve ser assegurada, nomeadamente no que toca aos equipamentos, congratulando-se pelo apoio dado pela Câmara Municipal às crianças que durante o confinamento não tiveram acesso à Internet para acompanhar as aulas à distância.

– Moção “Contra a atuação da TAP e a desqualificação do aeroporto do Porto” do Grupo Municipal Bloco de Esquerda. (NUD/243392/2020/CMP)



– Recomendação “Por uma governação local à prova de pobreza” do Grupo Municipal Bloco de Esquerda. (NUD/243397/2020/CMP)

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) disse que vai apenas referir-se à segunda proposta, uma vez que já apresentou a proposta sobre a TAP.

Pedi desculpa pelo facto de a proposta ser bastante extensa, mas a informação e o detalhe é necessário para aquilo que pretendem preconizar.

Referiu que a Irlanda foi precursora de um modelo de abordagem de governação monitorizada, seja a nível central, do ponto de vista da legislação, seja a nível local, do ponto de vista das autoridades locais, que tem um mecanismo de seguimento das políticas antipobreza, que permitem aferir se uma determinada medida política pode agudizar ou criar situações de pobreza ou se pode melhorar e neutralizar desigualdades.

Explicou que aquilo que o BE propõe é que o Município do Porto adote aquele mecanismo que, naturalmente, passará, depois, pela dinamização da participação das pessoas e pela adaptação a procedimentos de elaboração.

Disse que aquela proposta que vai ao encontro de uma situação que se está a viver, porque, se em situações normais a pobreza já tinha aquele carácter estrutural, com a COVID-19 agudizou-se.

O Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU) concordou que a proposta do Bloco de Esquerda é demasiado extensa e, no seu entender, aquilo que se propõe não resolve nada, porque o problema da pobreza combate-se, sobretudo, garantindo direitos, salários e rendimentos e não são as câmaras municipais que têm que o fazer. Essa é uma competência do Estado português, não querendo dizer com isso que as autarquias não possam ajudar, fazendo notar, à Senhora Deputada Susana Constante Pereira, que as competências do Estado irlandês são diferentes das do Estado de Portugal.

Disse que não se pode exigir que as autarquias gastem o seu dinheiro naquilo que são as competências do Estado, lembrando que, todavia, se encontram no



Hospital Joaquim Urbano 70 sem-abrigo totalmente a expensas da Câmara Municipal do Porto, a Segurança Social e o Estado não pagam nada, mas deviam pagar.

Afirmou que a pobreza combate-se na Assembleia da República e o Governo não pode fazer só o que pode, tem que fazer o que deve e o que é preciso.

Esclareceu que não está contra a proposta, mas, no seu entender, o que é preciso é exigir que o Governo cumpra a sua obrigação e que resolva o problema da pobreza em Portugal.

O Senhor Deputado Gustavo Pimenta (PS) quanto à Moção do BE sobre a TAP, disse que, no seu entender, está tudo dito e que, se ela for votada por pontos, o PS votará a favor o primeiro ponto e abster-se-á no segundo, porque considera que a nacionalização da TAP pode ser uma necessidade, mas não é seguramente uma prioridade.

Relativamente à proposta sobre a pobreza, considerou-a extemporânea, porque acredita que a Câmara Municipal do Porto já sabe de tudo isso. Referiu que aquilo que se propõe é que as medidas legislativas da Câmara combatam a pobreza e se adaptem às circunstâncias e isso já está a ser feito na Autarquia do Porto.

Disse que o PS vai votar a favor da segunda Moção, considerando, no entanto, que ela é meramente supletiva àquilo que já está a ser feito.

O Senhor Deputado André Noronha (RM) concordou com aquilo que disse o Senhor Deputado Artur Ribeiro.

Considerou que a Recomendação sobre a pobreza denota uma certa injustiça, pois, na sua opinião, o BE apresenta aquela proposta como se tudo fosse uma novidade absoluta, esquecendo-se do esforço enorme que a Câmara Municipal tem feito nesta matéria, particularmente o Pelouro da Coesão Social, nomeadamente o que se tem feito no Joaquim Urbano, a articulação com o Centro de Acolhimento COVID-19, a articulação com as Juntas de Freguesia e os valores que se têm transferido e a articulação com o Núcleo de Planeamento dos Sem-abrigo, num trabalho de muita profundidade e de grande articulação com toda a rede social.



Informou que a sua bancada vai votar declaradamente contra aquela Recomendação.

O Senhor Deputado André Navarro de Noronha (RM) solicitou a suspensão dos trabalhos da Sessão.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, aceitou o pedido, suspendendo os trabalhos por cinco minutos, após os quais dariam início à votação das Moções e das Recomendações.

– **Votação da Moção sobre o método de eleição das CCDR e em defesa da regionalização apresentada pelo Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária.**

Deliberações:

Ponto 1: Aprovado, por maioria, com 27 votos a favor (21 RM + 3 CDU + 3 BE), 12 votos contra (PS) e 7 abstenções (6 PSD + 1 PAN).

Pontos 2 e 3: Aprovados, por maioria, com 40 votos a favor (21 RM + 12 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN) e 6 abstenções (PSD).

– **Votação do Voto de Protesto e de Recomendação sobre a autorização de abate de 31 sobreiros num terreno situado entre as ruas da Azenha e do Carriçal apresentada pelo Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária.**

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

– **Votação da Moção “Pela eleição direta dos presidentes e vice-presidentes das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional” apresentada pelo Grupo Municipal Pessoas-Animais-Natureza.**



Deliberação: Rejeitada, por maioria, com 15 votos contra (12 PS + 3 BE), 1 voto a favor (PAN) e 30 abstenções (21 RM + 6 PSD + 3 CDU).

– Votação da Moção “TAP – Plano de Retoma dos Voos” apresentada pelo Grupo Municipal Partido Social Democrata.

Deliberações:

Ponto 1: Aprovado, por maioria, com 40 votos a favor (21 RM + 12 PS + 6 PSD + 1 PAN) e 6 abstenções (3 CDU + 3 BE).

Ponto 2: Rejeitado, por maioria, com 34 votos contra (21 RM + 12 PS + 1 PAN), 6 votos a favor (PSD) e 6 abstenções (3 CDU + 3 BE).

– Votação da Moção sobre Sistema Educativo Português apresentada pelo Grupo Municipal Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 30 votos a favor (21 RM + 6 PSD + 3 CDU) e 16 abstenções (12 PS + 3 BE + 1 PAN).

– Votação da Moção “Contra a atuação da TAP e a desqualificação do aeroporto do Porto” apresentada pelo Grupo Municipal Bloco de Esquerda.

Deliberações:

Ponto 1: Aprovado, por maioria, com 19 votos a favor (12 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN), 6 votos contra (PSD) e 21 abstenções (RM).

Ponto 2: Rejeitado, por maioria, com 27 votos contra (21 RM + 6 PSD), 6 votos a favor (3 CDU + 3 BE) e 13 abstenções (12 PS + 1 PAN).

– Votação da Recomendação “Por uma governação local à prova de pobreza” apresentada pelo Grupo Municipal Bloco de Esquerda.



Deliberação: Rejeitada, por maioria, com 21 votos contra (RM), 16 votos a favor (12 PS + 3 BE + 1 PAN) e 9 abstenções (6 PSD + 3 CDU).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, deu início ao PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS

A Senhora Deputada Joana Rodrigues (CDU) disse que os setores da aviação e do turismo são dos principais afetados pelas consequências económicas provocadas pela Covid-19, sendo a situação que se está a verificar na TAP o espelho desse processo de crescentes dificuldades. Referiu que aos problemas que se vinham acumulando surge a brutal redução da sua operação, com uma perda significativa de receitas, não se podendo ignorar que as primeiras vítimas desse processo foram, e estão a ser, os trabalhadores, lembrando que cerca de 90% do total dos trabalhadores do grupo foram confrontados com a sua colocação em *lay off*, com um impacto de cerca de 40 milhões de euros mensais nas contas da Segurança Social e uma redução generalizada de rendimentos, sem esquecer os muitos despedimentos por via da não renovação de contratos ou de prestação de serviços.

Afirmou que a TAP foi privatizada, em 2015, em 66% pelo Governo PSD/CDS, tendo-se revertido parcialmente essa privatização com o Estado a deter atualmente 50% do capital, prescindindo, no entanto, do controlo público da gestão da empresa.

Disse que importa referir que a TAP tem sido um dos principais exportadores nacionais, tendo realizado em 2019 vendas superiores a 3,4 mil milhões de euros e sendo responsável pelo pagamento de mais de 520 milhões de euros de salários e 111 milhões de euros à Segurança Social portuguesa. Concordou que os resultados líquidos da TAP têm sido negativos, em grande parte devido às opções de gestão que lhe têm sido impostas, mas continua a contribuir para a economia nacional com muito mais do que os seus resultados líquidos.

Face ao anúncio de autorização para recapitalizar a empresa, até um valor máximo de 1200 milhões de euros, disse que o futuro da TAP não pode estar dependente das imposições da União Europeia nem refém dos interesses dos acionistas privados, que já se revelaram incapazes de a defender, afirmando que a



profunda degradação da situação financeira da companhia, resultante da paragem da sua atividade e dos efeitos de opções de gestão contrárias aos interesses do País, exige que a TAP seja recapitalizada, quer para assegurar os seus compromissos com os trabalhadores e com os fornecedores, quer para assegurar o seu desenvolvimento futuro. Considerou que o que é inaceitável é que os recursos mobilizados para a sua recapitalização, não sejam garantia do controlo público e nacionalização da empresa.

Afirmou que a admissão, por parte do Governo, da entrada da Lufthansa no capital da TAP constitui um motivo acrescido de preocupação, porquanto a TAP deve constituir um importante instrumento para o desenvolvimento do País e não o apêndice de uma qualquer companhia aérea estrangeira.

O Senhor Deputado Ernesto Morais (PAN) lembrou que o seu Partido sempre manifestou preocupações várias com as políticas de mobilidade no Porto e sempre disse que o momento de crise sanitária económica que se está a viver seria uma oportunidade para se reverem políticas de mobilidade e pôr em marcha as recomendações do PAN para a mobilidade sustentável no Porto, sendo que é nessa perspetiva que surge o plano de resgate do espaço público na cidade, aplicado recentemente, para a sua adaptação à crise Covid-19, desafiando, assim, o Executivo Municipal a não ter medo de levar aquele plano mais longe.

No que às zonas pedonais diz respeito, considerou que seria extremamente positivo haver um aumento daquelas zonas, estendendo as mesmas a outras artérias da cidade e não apenas na Baixa e que algumas delas, agora temporárias, passem a definitivas, para que os portuenses usufruam em segurança do espaço público.

Quanto aos eixos cicláveis, disse que é importante acelerar a sua expansão de forma integrada entre si, mas também com os transportes públicos, promovendo a abertura das faixas de BUS para bicicletas, tal como acontece com os motociclos, e a instalação de mais estacionamento para bicicletas, para garantir a segurança e o ordenamento do espaço público.

Sublinhou que, de forma a melhorar a implementação daquelas medidas, é fundamental melhorar a sinalização, educar para essa nova realidade e garantir a



fiscalização e apostar na acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida e sinalização adequada para pessoas portadoras de outras deficiências.

A Senhora Deputada Mariana Macedo (PSD) mostrou a sua satisfação por todos os participantes naquela Assembleia se encontrarem bem e salientou o orgulho que tem no Norte, no Porto e nos portuenses por tudo o que tudo fizeram. O Porto foi um exemplo para todo o País, cumprindo escrupulosamente as regras da DGS – Direção Geral de Saúde e antes mesmo de as leis serem declaradas já o Porto era um exemplo e cumpria os procedimentos adequados. Disse, também, que todas as Entidades no Porto, desde os Bombeiros, a Polícia Municipal, a PSP, os Médicos e os Enfermeiros, que estiveram na linha da frente e que nunca deixaram de trabalhar no combate à Covid-19, merecem o seu agradecimento.

Deu nota que é com alguma preocupação que soube, e tem vindo a acompanhar, do reaparecimento de alguns casos de Covid-19 na cidade do Porto e, nesse sentido, alertou a Câmara Municipal para aquilo que tem sido noticiado nos *sítes* institucionais quanto ao facto de não haver casos de Covid-19, há 19 dias ou mais, que têm como fonte a DGS, uma vez que a fonte diária da DGS não está atualizada. Portanto, muitas vezes os dados que são fornecidos não são reais, havendo no Porto, à data, casos de famílias infetadas com Covid-19.

Sublinhou que o facto de transmitirem constantemente que está tudo ótimo, não sendo verdade, pode dar uma falsa confiança aos portuenses e dar origem a algum desleixo nos seus comportamentos.

Manifestou o seu repúdio pela pretensão do Partido Comunista realizar um comício na cidade do Porto, considerando que aquela atitude é um atentado ao sacrifício dos portugueses e dos portuenses.

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) disse que a crise pandémica provocou uma enorme fragilidade e precariedade nos trabalhadores das Artes e do Espetáculo que colaboram nas estruturas culturais do País e da cidade.



Referiu que, no Porto, os trabalhadores independentes da Fundação de Serralves foram os primeiros a tornarem pública a situação de total ausência de rendimentos, a partir do primeiro dia de cancelamento das atividades naquele equipamento, seguindo-se os trabalhadores da Casa da Música, que estavam na mesma situação e que ficaram também sem garantia de sustentabilidade.

Deu conta que, desde essa altura, têm sido feitas perguntas à Ministra da Cultura, audições na Assembleia da República, passando pela discussão do assunto, nomeadamente das represálias de que são alvo os trabalhadores da Casa da Música, no Executivo, com a presença do representante da Assembleia Municipal na Área Metropolitana do Porto.

Disse que o Bloco de Esquerda tem acompanhado de perto aquela situação e congratula-se pela posição, que o Senhor Presidente da Câmara tomou, e tornou pública, de apoiar aqueles trabalhadores na luta para que se corrijam as situações de falsos recibos verdes que ali se verificam.

Lamentou que o representante da Assembleia Municipal no Conselho de Administração da Área Metropolitana, o Senhor Deputado Luís Osório, não tenha, ao longo dos anos, defendido essa integração naquele órgão. Informou que Bloco de Esquerda dirigiu a 1 de maio de 2020 e, depois, a 4 de junho de 2020, dois requerimentos sobre a situação específica da Casa da Música, não tendo obtido, ainda, nenhuma resposta sobre o assunto.

Deu nota que entretanto a ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho constatou que há indícios de situações de falsos recibos verdes, começando a tornar públicas algumas posições favoráveis aos trabalhadores.

Lembrou que a Casa da Música é uma Fundação de direito privado, financiada pelo Orçamento do Estado, que, no âmbito do contrato-programa que tem com a Câmara Municipal, tem um papel fulcral no relacionamento com o Município e com cidade do Porto, pelo que, no seu entender, todos têm que estar vigilantes e do lado dos trabalhadores, tanto da Casa da Música, como da Fundação de Serralves.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, deu início à Ordem de Trabalhos.



PERÍODO DA ORDEM DO DIA

(Convocatória expedida a 17/06/2020)

(Ordem de Trabalhos expedida a 19/06/2020)

1. Deliberação sobre a Prestação de Contas do ano económico de 2019.

NUD/188426/2020/CMP

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, agradeceu aos serviços e aos funcionários da Câmara por poderem estar a realizar aquela sessão presencialmente e disse que é com muito agrado que revê todos os presentes. Pediu permissão para, a seguir à sua intervenção, o Senhor Diretor Municipal de Finanças, Dr. Pedro Santos, fazer uma apresentação de quadros, que poderá melhorar o debate.

Referiu que a prestação de contas, relativamente ao ano anterior, é sempre um momento politicamente relevante, pois trata-se de um documento fundador do escrutínio das políticas aplicadas durante o ano, mas também de apuramento do excedente orçamental que transita para o ano seguinte, sendo que o Município do Porto tem apresentado de forma sistemática, anualmente, execuções orçamentais elevadas, tanto do lado da receita, como do lado da despesa. Deu conta que, em 2019, mais uma vez, a receita ficou acima do previsto, o que resulta não apenas do bom desempenho da economia da cidade, sustentado por uma coleta elevada de taxas, licenças e impostos, mas também de um prudente exercício de elaboração do orçamento municipal.

Leu um documento contendo a síntese da Prestação de Contas, do ano económico de 2019, do Município do Porto.

Concluiu, dizendo que o Relatório e Contas que submete à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal espelha o resultado de um rigoroso e prudente processo de elaboração do Orçamento e da gestão de execução orçamental, bem como o cuidado permanente na prossecução dos objetivos políticos.

O Senhor Diretor Municipal de Finanças e Património, Pedro Santos, deu nota de alguns indicadores através de uma apresentação em *power point*.



Referiu que a taxa de execução da receita foi de 117,1%, a taxa de execução da despesa foi de 83,2%, tendo o passivo financeiro, que se reduziu em 13 milhões de euros, dado origem a que a dívida bancária se tenha cifrado em zero no final de 2019.

Disse que as despesas com pessoal sofreram um acréscimo de 4 milhões de euros, apesar de ter havido uma redução de 64 efetivos, relacionados com as atividades extracurriculares e o valor do pagamento a fornecedores ascendeu a 108,8 milhões de euros.

Informou que os resultados da execução pelos objetivos do programa político, nomeadamente a Coesão e Ação Social, que teve uma variação de 18 para 19, isto é, 27,2%, com o aumento do seu peso na estrutura de 9,6 para 11,7%; a Economia e Desenvolvimento Social, teve um crescimento de 90,5%, de 2018 para 2019, e um aumento na estrutura do orçamento municipal executado de 2,6%; na Cultura a variação foi de 88,6%, passando o peso de 2,7% para 4,9%; na Educação, o crescimento foi de 17,2%, com um aumento de 2,6% para 2,9% no peso da estrutura. Também no Desporto e Animação há um acréscimo significativo de 18,5% e na Mobilidade, um acréscimo de 32,6%, passando, neste caso, o peso na estrutura do orçamento de 5,7% para 7,2%.

Referiu, ainda, que, no que diz respeito à governança da Câmara, de 2018 para 2019 houve um decréscimo de 6,4%, reduzindo o peso na estrutura do orçamento municipal executado de 53,5% para 47,7%.

Apresentou alguns indicadores relacionados com a execução do orçamento, que têm a ver com a área da receita, sublinhando o efeito que as receitas fiscais têm no crescimento da receita total, e que, por via disso, todos os rácios espelham esse crescimento nas receitas fiscais, principalmente ao nível do IMT e da Derama.

Afirmou que, na componente dos indicadores da despesa, a despesa total cresceu 5%, isto é, há um aumento do peso da despesa corrente, sobre a despesa total, de 61,4% para 64,8%, relacionado com o equilíbrio orçamental e a dívida. Relativamente ao saldo corrente, o seu peso nas receitas correntes mantém-se em linha com o valor de 2018, ou seja, 33,6%, contra 33,7% em 2018, e o serviço da dívida decresce significativamente, de 2018 para 2019, sobre o peso das receitas correntes, de 11,8% para 5,5%.



Disse que os principais resultados relacionados com a execução do orçamento são, desde logo, a poupança corrente, que cresceu 10,3%, para 78,4 milhões de euros; o saldo global efetivo, que cresceu 6%, para 110,8 milhões de euros; o equilíbrio orçamental, com um crescimento de 13,1%, para 78,4 milhões de euros. Depois, relacionados com a dívida bancária de médio e longo prazo, que foi zero, a dívida a fornecedores de curto prazo, teve um decréscimo de 25,1%, cifrando-se em 7,6 milhões de euros, e o prazo médio de pagamentos a fornecedores, apesar de se ter degradado de 2018 para 2019, em 2018 era de 4 dias e em 2019 passou a ser de 7 dias.

Deu conta que o Município transitou de 2019 para 2020 com uma dívida a fornecedores, dívida de curto prazo, de 1,1 milhões de euros, que diz respeito a um conjunto de faturas que são recebidas no mês de dezembro, bem perto do final do ano, e para as quais não há condições operacionais de pagamento antes de terminar o ano em curso. Soma-se depois outro conjunto de dívidas a terceiros, como, por exemplo, garantias bancárias, que são contabilizadas, ou como é o caso de entregas que ficam por fazer às entidades, nomeadamente à Autoridade Tributária ou à Segurança Social.

Referiu que aquilo que se retira da execução da receita é claramente um comportamento em alta do IMT, que cresceu 7,5%, uma vez que, em 2019, o Município cobrou 66,2 milhões de euros de IMT e a Derrama que teve um crescimento de 82%, isto é, para 30,8 milhões de euros, no entanto, note-se que aqueles 30,8 milhões de euros incluem uma receita extraordinária, de alguns anos anteriores, no valor de cerca de 10 milhões de euros, que foi liquidada pela Autoridade Tributária e que foi cobrada na sequência de um processo judicial relacionado com uma entidade bancária, o que influenciou de forma tão significativa o comportamento da Derrama. Refira-, também, que no IMI está espelhado, nesta redução de 4%, a redução do valor da taxa do IMI para os proprietários em residência própria no Município do Porto, através das medidas de benefícios fiscais que foram implementadas através do Regulamento de Isenção de Impostos Municipais. Já nos impostos indiretos verificou-se uma quebra de 15,8%.

Apresentou um gráfico comparativo que diz respeito à taxa de execução da receita dos anos de 2017, 2018 e 2019, no qual se compara a taxa de execução



da receita do Município do Porto com a média dos municípios portugueses, valores esses que são retirados do Anuário Financeiro dos Municípios.

Informou que a despesa corrente, que foi de 155,2 milhões de euros, cresceu 10,8%, nomeadamente as despesas com aquisições de bens e serviços que cresceram 7,9%, isto é, para 47 milhões de euros. Disse que incluídos nas despesas com aquisições de bens e serviços, que contribuíram para referido aumento, estão o contrato celebrado com a Empresa Ágora, as despesas realizadas no âmbito da promoção da eficiência e diversificação energética e, também, o PART, relacionado com a política na área dos transportes públicos.

Quanto às despesas de capital, disse que há um decréscimo de 4,3%, sendo que nas transferências correntes o aumento é de 2,1%, ou seja, para 10 milhões de euros, decorrente do apoio às Juntas e Uniões de Freguesias e também a outras instituições sem fins lucrativos, como, por exemplo, o Programa de Apoio ao Associativismo, que teve a sua primeira edição em 2019.

Na componente dos subsídios, destacou o acréscimo para 21 milhões de euros, 56,2%, e está espelhado, não só a relação contratual com a Ágora, com a GO Porto e com a Porto Vivo, mas também nos subsídios transferidos para a STCP, em linha com as obrigações de serviço público e com aquilo que está contratualizado.

Mostrou um gráfico que compara a taxa de execução do orçamento do Município, relativamente à despesa paga, isto é, não cobrada, apenas a despesa paga sobre a despesa orçada; e um outro gráfico comparativo que diz respeito à taxa de execução do orçamento, pelo lado da despesa comprometida, ou seja, isto significa que o Município do Porto, através de processos de contratação, consumiu determinadas percentagens do orçamento municipal, nomeadamente em 2019 foram consumidos do orçamento municipal, com compromissos assumidos, 94,1%. Portanto, na sua opinião, as taxas de execução orçamental do lado da despesa no Município do Porto, têm tido, de facto, um comportamento bastante positivo.

Relativamente ao investimento pago, salientou os investimentos que foram feitos na habitação e nos edifícios, dando nota que houve um crescimento de 34,2% na habitação e de 16,5% nos edifícios, tendo sido o total do investimento, como já foi dito, de 68,4 milhões de euros, crescendo, por isso, 8,8 milhões de euros.



Explicou que o investimento na habitação tem essencialmente a ver com a reabilitação do parque habitacional municipal, isto é, a habitação social, e o investimento nos edifícios tem a ver com o investimento que o Município tem vindo a fazer através do exercício de direitos de preferência.

Considerou que não é desprezível o valor do investimento em construções diversas, em que o crescimento foi de 27,3%, com um crescimento de 6,6 para 8,4 milhões de euros, podendo constatar-se que o investimento, ao longo dos últimos anos, está claramente acima dos anos mais recentes.

Mostrou um conjunto de diapositivos que abrangem a componente patrimonial do Município, apresentando o balanço na componente do seu ativo. Disse que aquilo que se verifica é um reforço da componente do imobilizado em 2% e o ativo circulante que cresceu 10,5%, ou seja, 49,8 milhões de euros.

Referiu que no balanço, pelo lado do passivo, os fundos próprios cresceram 4,5%, 62,7 milhões de euros e o passivo diminuiu 6,1%, menos 13 milhões de euros, portanto, à semelhança do ativo, naturalmente, que o seu total teve um crescimento de 3,1%.

Prosseguiu, dizendo que o primeiro conjunto de indicadores tem a ver com a estrutura do ativo, que, como se pode ver, é um ativo robusto e quanto à estrutura do passivo, ela espelha o comportamento da evolução da dívida do Município, com dados muito relevantes em termos de indicadores.

Para terminar, disse que, na demonstração de resultados por natureza, pode ver-se que os custos operacionais cresceram 4,6% e os proveitos operacionais cresceram 6,3%.

O Senhor Deputado Pedro Lourenço (BE) agradeceu a apresentação do Senhor Diretor Municipal de Finanças, Dr. Pedro Santos.

Referiu que o relatório de prestação de contas do Município é, como pode ler-se a determinada altura, um documento fundador do escrutínio das políticas aplicadas durante o ano, sendo que, na sua discussão e votação, os Órgãos Municipais apreciam, não só a concretização das Grandes Opções do Plano e da Estratégia Orçamental do Executivo, mas também a orientação política global que foi seguida, ou seja, a forma como os Órgãos Executivos do Município dão resposta aos problemas da cidade e a quem nela vive.



Considerou que as contas de 2019 são apresentadas e valorizadas ainda sob o argumento, repetido ao longo dos últimos anos, que tem sido defendido pela atual maioria municipal, de enorme saldo de gerência, dívida zero e boas contas. Disse que no centro desse argumento está o facto de transitar para o Orçamento de 2020 o maior saldo de gerência de sempre, o que permitiu a injeção de quase 100 milhões de euros na gestão municipal, e, ainda, uma redução muito significativa da dívida de médio e longo prazo, para zero.

Deu conta que aquilo que o BE propõe é que se faça uma apresentação um pouco mais crítica e aprofundada de alguns dos números e dos argumentos que são apresentados e que se interroguem, por exemplo, se a ideia de enorme saldo de gerência, dívida zero e boas contas, constitui, de facto, um ato de boa gestão municipal. Na opinião do BE, a apresentação sucessiva, e ao longo de vários anos, de um saldo de gerência daquela dimensão traduz, quando muito, uma opção política e uma incapacidade em concretizar uma parte muito significativa das despesas previstas pelo Orçamento, algumas delas, certamente, não imputáveis em exclusivo à gestão municipal.

Disse que o BE rejeita também a sacralização da ideia de dívida zero, porque, no caso do Município do Porto, existiam todas as condições para uma gestão mais equilibrada da sua dívida compatível com a sua especial responsabilidade em aplicar todos os recursos possíveis para dar resposta às carências mais urgentes das populações, nomeadamente a opção de amortizar antecipadamente cerca de 13 milhões de euros de dívida à banca ou de não utilizar o empréstimo de 39 milhões de euros, contratualizados ao BPI, para financiamento de longo prazo, o que implicará o adiamento de alguns investimentos necessários em áreas como a habitação, a mobilidade ou o espaço público, e tudo está a acontecer numa altura em que os investimentos no âmbito da habitação social, não contam para os limites do endividamento municipal.

Referiu que discorda completamente da ideia recentemente veiculada, de que a acumulação daquele enorme saldo de gerência confira ao Município uma maior capacidade de resiliência no contexto da pandemia.

Questionou-se se a cidade não estaria melhor preparada para enfrentar a crise se já tivesse infraestruturada a rede de ciclovias, inscrita no PEDU desde 2015;



se não estaria a cidade melhor capacitada se já tivessem avançado com os projetos de Housing First para pessoas em situação de sem-abrigo; se os portuenses não estariam melhor, se vários problemas de habitação pública permitissem aumentar o *stock* habitacional para dar resposta às mil famílias em lista de espera; se não estariam melhor os consumidores de estupefacientes se, em vez de se andar a discutir, há cerca de 5 anos, a implementação das salas de consumo assistido, elas já estivessem em funcionamento e os apoios às equipas já tivessem sido reforçados; e, por último, não estaria a cidade melhor preparada para enfrentar a pandemia se, em vez de dívida zero e 100 milhões de euros de saldo de gerência, já estivesse a ser aplicada a tarifa social da água.

Considerou que, ao contrário do que defende a Câmara Municipal, a cidade estaria melhor preparada para enfrentar a situação da pandemia e da crise que se seguirá se tivessem sido concretizados alguns daqueles investimentos e não tivesse sido adiada a implementação de respostas sociais urgentes para as populações mais vulneráveis.

Em conclusão, disse que o documento de prestação de contas apresentado traduz uma visão e uma política com as quais o BE não concorda, por considerar que continuam a condenar e a deixar de fora uma parte importante dos cidadãos, em particular aqueles que vivem em situação de maior carência.

Informou que, por todos os motivos citados, o Bloco de Esquerda vai votar contra.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, agradeceu ao Senhor Deputado Pedro Lourenço o exercício que fez a explicar como é que o Bloco de Esquerda teria governado a cidade.

Perguntou ao BE se já pensou como é que os municípios, que têm fortíssimos níveis de endividamento e têm quebras muito significativas na sua receita, vão, não é investir, mas como é que vão pagar aos seus funcionários, pois não tem conhecimento se o financiamento às câmaras para défices correntes, apesar das capacidades de endividamento formais que existem, já está resolvido.



Concordou que, de facto, durante os últimos anos, a cidade excedeu sempre, em termos de receita, aquilo que estava orçamentado, e o mérito não foi da Câmara, foi da cidade. O mérito da Câmara foi não criar entraves a esse crescimento que surgiu das formas mais diversas.

Referiu que as receitas conseguidas no IMT, foram, provavelmente, irrefutáveis, as da taxa turística talvez possam ser questionadas, mas essas vão ser adiadas durante algum tempo.

Disse que teria sido muito mau para a cidade se tivessem feito redução de impostos para além daqueles que foram feitos. Lembrou a redução que foi feita no IMT para habitação própria, mas considerou que teria sido muito mau se tivessem devolvido o IRS, porque agora teriam que o aumentar.

Relativamente à habitação, disse que se há município que consecutivamente tem dedicado grande parte da sua receita às políticas de habitação, é a Câmara Municipal do Porto, assinalando que quem não tem cumprido com as suas obrigações, relativamente à habitação no Porto, é o Estado Central. Referiu que, provavelmente, aquele é o montante de investimento máximo que, no futuro, a cidade vai poder comportar, porque, com a atual legislação, não há nenhuma possibilidade de a cidade do Porto alocar mais verba à habitação social.

Saudou as medidas que foram tomadas no sentido de facilitar a contratação pública, mas, como é evidente, nunca se consegue 100% de concretização do Orçamento, porque surgem sempre reveses, apontando como exemplos o Alexandre Herculano, o caso da Pasteleira e o do tabuleiro da Ponte Luís I, que é uma obra da IP – Infraestruturas de Portugal, entre outros.

Afirmou que qualquer presidente de câmara gostaria de ter mais obra, mas é manifesto que a Câmara Municipal do Porto não esteve atrás dos outros municípios.

Recordou que, desde que chegou ao Município do Porto, nunca foram feitas cativações, aquilo que fizeram foi apresentar boas contas, e não é nenhuma obsessão, é a convicção Keynesiana de que em momentos de receita extraordinária, em que a cidade não precisava, foram capazes de reduzir a dívida, criando condições para a situação de desespero que a cidade vive, e vai viver nos próximos tempos, podendo contrair essa dívida se for necessário, coisa que outros



municípios não podem fazer. Disse que essa é a maior garantia que se pode dar aos cidadãos do Porto.

Considerou que dizer que o investimento na habitação não conta para o endividamento é uma forma do Estado Central se abster de cumprir a sua obrigação.

O Senhor Deputado Francisco Carrapatoso (PSD) informou que a posição do PSD em relação às contas de 2019, lamentavelmente, não divergem muito significativamente daquela que era a sua posição relativamente às contas de 2018, aliás, as evidências do relatório, no seu entender, são exatamente aquelas que referiu relativamente às contas de 2018, isto é, continuam a ser contas desequilibradas no que se refere ao saldo entre as receitas e as despesas.

Referiu que o resultado líquido da Câmara Municipal do Porto foi, em 2019, 38 milhões de euros; em 2018, foi de 36 milhões de euros; em 2017, foi de 14 milhões de euros; e, em 2016, foi de apenas 7 milhões de euros, ou seja, em 2019 os portuenses pagaram mais 15% de impostos e taxas, do que aquilo que seria necessário para suportar os custos da atividade corrente da Câmara Municipal do Porto.

Disse que o relatório de gestão de 2019 mostra que, entre 2015 e 2019, a receita fiscal da Câmara Municipal do Porto aumentou 79 milhões de euros, o que corresponde a um aumento de 68%, em apenas 4 anos.

Afirmou que o PSD não se sente especialmente impressionado com o aumento de 8,8 milhões de euros das despesas de investimento, perguntando porque é que, sendo assim, no mandato anterior não se resolveram alguns dos problemas da cidade, nomeadamente o problema do Mercado do Bolhão, o problema de algumas escolas ou porque não se fizeram alguns investimentos que agora se revelaram necessários.

Mostrou-se em desacordo com o pagamento de impostos a mais, face àquilo que são as necessidades da Câmara, e criticou o excesso do saldo de gerência, isto é, os 98 milhões de euros que transitaram de 2019 para 2020.

Lembrou que na Revisão do Orçamento, votado na Assembleia Municipal há pouco tempo, apenas 59 milhões de euros são destinados para fazer face às necessidades resultantes da pandemia, ou seja, há um saldo de gerência que excede em cerca de 39 milhões de euros o valor necessário para acomodar a



maior crise do século, por isso, no seu entender, podiam ter sido acomodadas muito mais medidas do que aquelas que foram efetivamente implementadas, algumas delas, aliás, propostas pelo PSD, nomeadamente a redução da tarifa nos serviços de abastecimento de água e saneamento e nos serviços de gestão de resíduos urbanos, pelo menos até ao final do corrente ano.

Respondendo ao Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, afirmou que o PSD não se preocupa apenas em reduzir impostos, preocupa-se muito para além dos pobres, o PSD preocupa-se, de facto, com a classe média baixa e com classe média alta, porque são esses que têm que sair da cidade, são esses que perderam condições de vida e que não têm condições para a habitar. Portanto, o seu Partido preocupa-se com todos os portuenses e não apenas com os portuenses pobres.

Considerou que, se reduzissem as despesas estruturais, era possível acomodar muitas outras propostas de redução fiscal que foram feitas e aumentar, naturalmente, as despesas de investimento.

Deu conta que a sua bancada entende que era possível fazer melhor, era possível apresentar contas mais equilibradas, portanto, não pode acompanhar aquela proposta.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, deu nota que o voto do PSD não lhe causou nenhuma surpresa, porque, desde que o PSD perdeu as eleições à Câmara Municipal do Porto, em 2013, e por despeito por aquilo que o seu Executivo tem feito e que o PSD não foi capaz de fazer, ao longo de 12 anos, tem sucessivamente votado da mesma forma.

Sublinhou que, decorridos 7 anos, já estão em curso as obras no Bolhão e no Cinema Batalha; avançaram com o projeto para o Palácio Cristal; recuperaram o Rivoli, que tinha sido entregue a um privado pelo PSD, como se de um lixo se tratasse; e, principalmente, deram luz à cultura na cidade coisa que o PSD não fez durante 12 anos, pelo contrário, o PSD toldou a cultura na cidade.

Afirmou que é verdade que na habitação social reabilitaram alguns bairros, e já o elogiou, mas, em termos de grandes investimentos, aquilo que fizeram foi, que se recorde, demolirem três bairros sociais.



Recordou, também, que durante três mandatos o PSD não investiu nem baixou os impostos, mas, curiosamente, reduziram a dívida, só que a reduziram vendendo casas e terrenos municipais e, inclusive, venderam equipamentos municipais a fundos imobiliários, a quem a Câmara, depois, alugou a preços elevados. Disse que entende os votos do BE e do PSD, mas por razões diferentes. No caso do BE é por divergência ideológica, no caso do PSD é por despeito por aquilo que está a ser feito e que não conseguiram fazer.

O Senhor Deputado Rui Lage (PS) mostrou-se satisfeito por todos estarem bem de saúde.

Sobre o ponto em apreço, disse que o PS vai abster-se, sendo que esse voto é consentâneo com aquela que tem sido a sua orientação de voto nos orçamentos dos anos anteriores e em relação às respetivas prestações de contas.

Reconheceu o rigor e a seriedade das contas apresentadas, mas não acompanha o Executivo, nem na sua fixação pelo défice zero, nem em relação aos níveis do investimento, pois têm a convicção de que é desejável e possível investir mais, embora admita que investimento tem aumentado na cidade, nomeadamente em rubricas importantes para o PS, como é o caso da Cultura.

Deu conta que não ignoram que hoje em dia executar investimento pode ser trilhar um caminho pedregoso, porque é evidente que há toda uma floresta legal e procedimental que é preciso atravessar, mas isso não explica tudo, porque aquelas condicionantes são válidas para o conjunto dos municípios portugueses, quer para os de pequena dimensão, quer para os de maior dimensão, e as taxas de execução do investimento do Município do Porto continuam, do seu ponto de vista, aquém daquilo que o Porto precisa para fazer face às desigualdades e assimetrias socioeconómicas gritantes que o Porto tem, e que serão, com certeza, agravadas pelo impacto da pandemia.

Afirmou que aquilo que tinham como garantido em 2019 esfumou-se e, no seu entender, esfumou-se a vários níveis, nomeadamente ao nível do comércio, das empresas, das salas de espetáculo, dos relacionamentos sociais, do relacionamento com a saúde, entre outros.



Considerou que falar sobre a vida do município, em junho de 2020, após a pandemia, recorrendo aos mesmos subterfúgios e aos mesmos argumentos que faziam sentido em 2019, é um exercício algo fútil, porque a realidade mudou completamente e é preciso agir de forma consequente e, talvez, naquela fase sombria em que se encontram, mais do que olhar para as contas do passado, o importante seja começar a vislumbrar o que podem vir a ser as contas do futuro.

Disse que, se o fundamento para o acumular de sucessivos saldos de gerência é acautelar alguma hecatombe que possa surgir, pois bem, a hecatombe já surgiu e será uma provação para a cidade, para a cidadania, para as IPSS, para as coletividades, para a cultura e para as artes, para as empresas, para o comércio, para a hotelaria, para a restauração, para o turismo, e será também uma imensa provação para a Câmara Municipal do Porto, e se os saldos de gerência historicamente elevados não servirem para sustentar o impacto do que aí vem, então não terão servido, de facto, para nada.

Admitiu que foi dado já um sinal positivo, com a incorporação do saldo de gerência de cerca de 100 milhões de euros no orçamento de 2020, só falta é perceber como é essa operação contabilística vai, em concreto, servir para apoiar as pessoas que vão precisar de ajuda, ou seja, é importante perceberem como é que esse montante vai auxiliar o povo do Porto, porque a utilização dessa verba vai ser um teste crucial para saber como é que a cidade vai enfrentar o impacto de pandemia.

Referiu que o Senhor Presidente da Câmara revelou audácia e rasgo na primeira resposta à pandemia da Covid-19, sendo que o seu desejo é que ele revele essa mesma audácia e esse mesmo rasgo na abordagem daquilo que vão ser as consequências estruturais e perenes da pandemia.

Sublinhou que é preciso que todos tenham consciência de que o orçamento para 2021 terá de ser forçosamente um orçamento de recuperação e de relançamento das atividades económica, comercial e laboral da cidade, e não apenas um orçamento de assistência social ou de amortecimento da mais que certa queda das receitas do Município, isto é, tem que ser um orçamento de recuperação e não apenas de mitigação. A cidade vai precisar, mais do que nunca, que as obras, pelas quais se aguarda há tantos anos, avancem e que avancem a bom ritmo.



Disse que as velhas práticas e as velhas rotinas, no que diz respeito à orçamentação e ao investimento, não vão dar conta do recado, portanto, o orçamento para 2021 tem que começar a ser pensado já em junho de 2020 e terá que usufruir dos fundos europeus, que estarão disponíveis em condições mais favoráveis do que nunca. Disse, ainda, que é preciso começar de imediato a conceber e a planear os investimentos que vão ser necessários para a cidade fazer face aos impactos da pandemia.

Advertiu que o próximo orçamento vai ser um desafio colossal, não só para o Executivo, mas para todos os órgãos locais, para todos os eleitos locais, por isso, entende que ele deverá mobilizar e incluir as propostas e os contributos de todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, concordou com aquilo que disse o Senhor Deputado Rui Lage. De facto, as medidas que vão ter que se tomar são medidas de enorme exigência, no entanto não tem grandes expectativas de que em 2021 haja muitos consensos, pois trata-se de um ano de eleições. Disse que, ainda assim, seria bom que não se fizessem promessas vãs.

Disse temer que, no próximo ano, se vejam confrontados com um conjunto de exigências por parte da população, que o País, pura e simplesmente, mesmo com os recursos que hão de vir da Europa, não vai poder satisfazer. Portanto, aquilo que o Município do Porto tem que fazer é olhar para os grandes projetos que tem em curso, e que vão terminar, e tentar pensar o futuro, dependendo, ainda assim, de como é que vai ser o comportamento da pandemia e o impacto que vai ter na economia privada, porque é essa que vai determinar os recursos da Câmara.

Defendeu que a Câmara vai ter que apostar mais no *small is beautiful*, isto é, no pequeno e médio investimento, e essa é uma matéria que o preocupa muito, porque o seu receio é que, quando vierem os dinheiros da Europa, mais uma vez, se caia na tentação dos grandes projetos que vão ficar para a eternidade, mas a sua visão para aquilo que deve ser o investimento futuro na cidade passa por aproveitarem aquele tempo para pensar sobre as alterações que podem ser feitas na cidade para reduzir o custo de vida dos cidadãos. Disse que, para isso,



terão que reduzir os custos de contexto dos cidadãos e da economia, e com certeza que irão fazê-lo, mantendo os níveis de investimento e tudo aquilo que tinham programado, devendo ser muito mais cuidadosos e seletivos nos investimentos futuros, no entanto, isso só pode ser feito em harmonia com as estratégias do Governo.

Considerou que é preciso ter uma enorme prudência na criação de expectativas, nomeadamente no que diz respeito à questão do regresso do turismo à cidade do Porto.

Reiterou que não é através da redução de impostos que a questão se vai resolver, mas há uma coisa que pode garantir, é que, ao contrário de outros concelhos que já estão a aumentar e a anunciar aumentos, o Município do Porto não vai aumentar os impostos, e não o vai fazer porque o Executivo não os baixou, quando a oposição entendia que o devia fazer. Se o tivesse feito teriam agora que os aumentar.

Disse que as contas que apresentaram refletem um tempo que existiu, contas que gostariam de ver replicadas, mas que não vai ser possível repetir, portanto, têm que ser capazes de garantir que, apesar de tudo, as coisas continuam a funcionar, sendo que, para isso, o Município do Porto tem que ter recursos humanos, técnicos e materiais para servir e para dar resposta à sua população.

Admitiu que a despesa corrente do Município do Porto tem vindo a crescer, mas isso deve-se ao facto de as exigências dos cidadãos serem cada vez maiores, e vão ser muito maiores, e o Município tem que ser capaz de resolver isso.

Louvou os serviços municipais por terem conseguido manter, durante a pandemia, níveis absolutamente notáveis de eficiência, mesmo em teletrabalho.

Agradeceu o contributo do Senhor Deputado Rui Lage sobre aquilo que deve ser o pensamento da cidade e desafiou os Deputados Municipais, e todos os que estão presentes naquela sessão, a participar com ideias, garantindo que todas elas serão analisadas com a maior das atenções.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) afirmou que o Senhor Presidente da Câmara, como não conseguiu executar obra do lado do investimento, o que tem vindo sucessivamente a acontecer ao longo dos vários anos de mandato, disse



que o saldo de gerência agora alcançado servirá para minorar os tempos negativos que vão surgir, mas o problema não é esse, o problema é que efetivamente há falta de execução.

Disse que, olhando para as contas, apenas para o investimento, o que se pode verificar é que há dez objetivos, traçados no Orçamento da Câmara e nas contas, no valor de cerca de 23,4 milhões, que não foram executados.

Considerou que, embora o Senhor Presidente diga que agora há dinheiro para fazer face às consequências da pandemia, se calhar era preferível ter executado obra, que não transitaria para anos seguintes, e, então, teriam folga de outra maneira, ou seja, teriam a obra feita e teriam folga porque não era necessário inscrever novamente a obra que foi inscrita em orçamentos anteriores.

Deu conta que a CDU reconhece que a situação financeira da Câmara Municipal do Porto está melhor, mas é preciso olhar para o futuro e ver exatamente aquilo que é possível fazer. Por exemplo, atualmente as Empresas Municipais são responsáveis por cerca de 66 milhões de euros do investimento municipal, a Câmara transfere para as Empresas cerca de 19 milhões de euros em subsídios à exploração, a que se somam as suas receitas próprias, que eram receitas das quais a Câmara abdicou, nomeadamente a tarifa de resíduos sólidos e as rendas das habitações municipais, que passaram para a Empresa Municipal do Ambiente.

Questionou se o modelo de Empresas Municipais que está a ser seguido será o mais adequado e se a internalização na Câmara de alguns serviços que passaram para as Empresas Municipais, bem como serviços de consultoria, estudos e projetos, entre outros, não seria mais vantajoso para o Município.

Sublinhou que é preciso ter em conta que as receitas municipais, decorrente da situação de pandemia, vão baixar significativamente no próximo ano, não só pelo decréscimo de turismo na cidade, diminuindo, por isso, a Taxa Turística, mas também pela tendência natural diminuição do valor das rendas, que, aliás, já se está a verificar, ou seja, a preocupação que existia de as famílias da classe média não terem acesso à habitação e ser necessário criar os programas de renda acessível, possivelmente vai ser o próprio mercado a resolver a situação. Disse que, contudo, não dúvidas nenhuma de que vai ser necessário mais habitação



social. Quis saber, no caso de ser criado um programa com as verbas provenientes da União Europeia, ou outras, se já estão identificados os terrenos e se já existem projetos de arquitetura para se lançar a obra.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, disse que, de facto, o próximo orçamento vai sofrer uma redução muito significativa de receita, porque vai haver menos Taxa Turística, menos IUC, menos Derrama e menos IRS, isso é mais ou menos inevitável, mas têm uma grande vantagem, que é terem capacidade de endividamento, o que lhe dá a garantia de poder manter a cidade a funcionar e de poder continuar a investir, principalmente em projetos fundamentais. Portanto, a Câmara Municipal do Porto está hoje em condições de poder recorrer à banca, e vai recorrer se necessário for, não precisando, por isso, de ficar à espera que o Governo transfira mais verbas para os municípios.

Garantiu que o Município do Porto não vai precisar de vender ativos, como foi feito no passado, para suprir as suas necessidades, precisamente porque tem dívida zero.

Admitiu que existem projetos muito interessantes, como, por exemplo, o Aeroporto do Montijo, mas, na sua opinião, atualmente não é uma emergência nacional.

Informou que a cidade do Porto tem capacidade para resolver os seus problemas imediatos e tem também pensados alguns pequenos projetos para restabelecer a economia, uma vez que foi a economia que ajudou o Município do Porto a ter as contas que tem.

O Senhor Deputado André Navarro de Noronha (RM) considerou de uma enorme injustiça a crítica feita pelo Senhor Deputado Rui Sá, depois de ficar comprovado que as taxas de execução orçamental da Câmara do Porto compararam positivamente com as da média do País.

Disse que a segunda nota que queria deixar tem a ver com a estrutura da execução da despesa. É verdade que há um aumento da despesa corrente, mas é preciso salientar que essas verbas foram para pagar, por exemplo, a despesa do PART, a despesa da Ágora e as despesas de promoção da eficiência energética, que são ganhos futuros e que estão do lado do investimento.



Deliberação: Aprovado, por maioria, com 22 votos a favor (21 RM + 1 PAN), 3 votos contra (BE) e 19 abstenções (12 PS + 3 CDU + 4 PSD).

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MUNICÍPES

Não houve intervenções.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, submeteu à votação a **Minuta da Ata**, que foi **aprovada, por unanimidade**, declarando encerrada a Sessão, eram 1h10.

O Presidente da Mesa



Miguel Pereira Leite

A Primeira Secretária da Mesa



Paula Ribeiro de Faria